

ENTREVISTA

Clóvis de Barros Filho

► Por Gilson Camargo

gilson.camargo@sinprors.org.br

Professor de Ética e de Filosofia da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Clóvis de Barros Filho é conferencista profissional e gosta de ser comparado aos sofistas, “professores ambulantes que, com seu saber e habilidade retórica, propõem novas escolas”, como define o site da sua consultoria, a *Espaço Ética*. Entre 2007 e início deste ano, apresentou para mais de 150 mil pessoas, entre estudantes, empresários e políticos, *A vida que vale a pena ser vivida*, curso em dez módulos recentemente lançado como livro pela editora Vozes. Graduado em Direito pela USP e em Jornalismo pela Casper Líbero, é mestre em Ciências Políticas pela Sorbonne Nouvelle (Paris III) e doutor em Ciências da Comunicação pela USP. Clóvis foi palestrante do Congresso *(A)gente na Educação Urgente*, promovido pelo Colégio Sinodal, de São Leopoldo, de 20 a 22 de julho, no qual abordou o papel da escola na formação de cidadãos. “Preocupada com desempenho e objetividade, a escola se resume em labirinto rumo ao vestibular ao invés de transformar o aluno em um ser pensante, reflexivo, capaz de mudar o mundo”, afirma nessa entrevista ao *Extra Classe*. “Ao fechar os olhos para a subjetividade, a escola transforma alunos em peões a serviço daqueles que dominam as relações sociais”, provoca.

Extra Classe – Como o senhor simplificaria os conceitos de moral e ética para os pensadores comuns não filósofos?

Clóvis de Barros Filho – A distinção entre os dois conceitos é sutil e, como tudo na filosofia, passível de controvérsia. Mas, para o leigo, gosto de dizer que o pensamento moral é o pensamento sobre o próprio agir. Entende-se que temos, para além dos animais, guiados apenas pelo instinto, a prerrogativa de determinarmos os rumos da nos-

sa vida, através do que os gregos chamavam de *logos*, que nada mais é que a nossa inteligência, nossa capacidade de pensar. Quando pensamos sobre nossas ações, estamos no campo da moral. A ética encontra-se, também, dentro do campo da moral, e representa aqueles critérios que usamos para decidir a vida que viveremos, em detrimento de todas as outras possíveis. Então, ética deve ser entendida como um conjunto de valores e crenças que julgamos mais adequados para guiar-nos em direção à vida boa, ou à melhor maneira de viver. Neste sentido, as palavras “amoral” e “antiético” não fazem sentido na humanidade, pois amoral é o animal, que não pensa para viver. E não é possível ser antiético, buscar a pior maneira de viver, pois somos, como diria Spinoza, instâncias de conservação das próprias potências, por definição, não agimos contra a nossa natureza. Portanto, não podemos ser antiéticos.

EC – Na sua opinião, as demandas da sociedade contemporânea por consumo, prazer e notoriedade evidenciam o quê?

Clóvis – A demanda, ou a busca por prazer e notoriedade marcam inequivocamente o gênero humano. Desde sempre, ao menos na sociedade ocidental, o homem precisou destacar-se, precisou buscar o prazer. Em algumas escolas filosóficas, a busca do

prazer é verdadeiro bem existencial, critério último de vida boa. A grande diferença da atualidade em relação à história é que todas as relações humanas, em qualquer sentido que sejam tomadas, são fortemente permeadas pelo consumo e por produtos. Com o prazer e notoriedade não poderia ser diferente. Todos os prazeres humanos estão, hoje, associados a produtos, a marcas. Desde comer até o prazer sexual, recheado de brinquedos e fetiches. Vivemos na sociedade do fetiche, que nada mais é do que a negação da



Foto: Igor Sperotto

"Vivemos na sociedade do fetiche, de endeuamento do produto que adquire vida própria a ponto de reger as vidas e as opiniões dos indivíduos"

mercadoria como mercadoria e o consumo por atributos, que vão para muito além daqueles que a mercadoria comporta em si mesma. É o endeuamento do produto, que toma vida própria e chega a ponto de reger as vidas e as opiniões dos indivíduos de nossa sociedade.

EC – Quais são as premissas de “vida boa” elencadas no livro *A vida que vale a pena ser vivida*, escrito em parceria com Arthur Meucci? No lançamento, o senhor frisou não se tratar de um livro de autoajuda. Por quê?

Clóvis – No livro, apresentamos dez reflexões sobre a vida boa. Sobre os critérios existenciais para se viver bem. Cada um pertencente a um filósofo ou escola filosófica. Percorremos um caminho que vai desde a Grécia antiga até o início do século 20. O livro é exatamente o oposto do que é um livro de autoajuda. Enquanto que este último tem como premissa o conhecimento inequívoco do todo problemático e das soluções infalíveis e estritamente adequadas aos problemas, a postura filosófica é da reflexão e da dúvida. É a postura da desconfiança. Não oferecemos dez maneiras de se dar bem. Oferecemos dez pensamentos sobre a vida, dez formas diferentes de pensarmos nossas condições existenciais. Nenhuma delas promete a felicidade eterna. Esperamos que os leitores possam extrair do livro um arsenal existencial que o fortaleça de maneira real para enfrentar os desafios do mundo, pois, como não cansamos de dizer, “o real é criativo para agredir”.

EC – Há uma demanda por ética no mundo corporativo? Quais são os conflitos enfrentados pelos empresários?

Clóvis – A demanda por ética no mundo cor-

porativo existe, mas, em muitos lugares, não passa de fachada. De programa de responsabilidade social, tão enganador quanto a ideia de qualidade de vida, sempre imposta, sempre padronizada e vinda de fora. O que percebo é que algumas empresas verdadeiramente buscam pensar suas ações e seus caminhos, mas outras querem, em um comitê de ética, um instrumento político de validação das condutas adotadas por critérios que são alheios aos estipulados em códigos e valores organizacionais.

EC – O lobby é lícito?

Clóvis – No Brasil, o *lobby* é proibido. Nos EUA, é permitido. Mas a questão do *lobby* vai muito além das estratégias de convencimento e daquilo que se possa entender por este termo. No Brasil, as práticas seguem a criatividade pela qual somos famosos no futebol. Não é só uma questão de políticas públicas, mas embrenha-se no mundo privado das maneiras mais estarrecedoras possíveis. Recentemente fui apresentado como um homem que pensa ‘fora da caixa’. Lisonjeado pelo que entendi ser um elogio, complementei: quero ser aquele que faz os furos na caixa, para que quem esteja lá dentro possa também ir para fora. Com esta característica, minha palestra tem sido requisitada por empresas de muitas áreas diferentes.

EC – Como conciliar ética e o toma lá dá cá do universo político?

Clóvis – Deve-se entender a ética como a escolha dos critérios morais para viver a vida. O que acontece no mundo político é um choque entre duas diferentes concepções de ética. Aquela que prevê critérios como o bem comum e o interesse do povo e aquela que prevê a glória e o sucesso pessoais. Todos os escândalos políticos têm como pano de fundo este conflito que eu cha-

maria de conflito primordial do cargo público. Conceber mudanças no comportamento político só será possível quando a profissionalização do mundo dos políticos ocorrer no sentido de uma ética voltada à população.

EC – O senhor é assessor do Conselho de Ética da Presidência da República. Como surgiu esse encargo e a que tipo de aconselhamento o senhor é demandado?

Clóvis – Viajo a Brasília com certa frequência para participar de debates e de fóruns promovidos pelos mais diversos órgãos da União. Sou sempre convidado, não possuo vinculação formal, mas a minha presença lá é constante. Meu trabalho ali não difere muito daquilo que faço na academia e no mercado. Trago análises éticas baseadas na filosofia aos problemas que me são levantados.

EC – Diante do recente debate acerca da obrigatoriedade ou não do diploma para o exercício da profissão de jornalista, como o senhor – professor da área da Comunicação – entende que isso possa afetar a qualidade da informação oferecida à sociedade?

Clóvis – Enquanto que o diploma confere certa legitimidade ao profissional, atrelar a ele a competência do empregado é temerário. Para muito além do diploma, há que se medir e considerar, por exemplo, a qualidade do ensino, tão desvalorizado no país, o tipo de oferta de diploma que se pratica, o conhecimento do candidato etc. É incontestável que o papel do jornalista na sociedade midiática em que vivemos tem um impacto social enorme. Mas pela experiência acadêmica que tenho, desconfio que nem o diploma garanta que jornalistas, pouco ou muito experientes, tenham noção desta responsabilidade que o impacto de sua profissão traz consigo. O exemplo

Por uma escola

formadora



Foto: Igor Sperotto

"O aluno tem consciência de que o professor está a seu serviço quando toma conhecimento das relações financeiras que envolvem o ambiente escolar"



Foto: CPTL Cultural/Divulgação

ENTREVISTA

Clóvis de Barros Filho

está aí, num domingo à noite, em que se fez de tudo para conseguir imagens do goleiro Bruno e, com isso, prejudicou o andamento das investigações, menosprezando o impacto da veiculação em favor do interesse imediato da audiência e do lucro do anúncio (refere-se à reportagem do *Fantástico*, que obteve depoimento do goleiro Bruno Fernandes, suspeito de assassinato, com uma câmera escondida).

EC – O senhor afirma que a escola privilegia o conhecimento em detrimento da formação dos alunos do ponto de vista da cidadania, fecha os olhos para a subjetividade. Por quê?

Clóvis – Creio que o ambiente escolar, com raras exceções, toma educação por treinamento. A perspectiva é a de preparar a criança para um mundo que a engolirá, para um mundo que é como é, tão mais forte que cabe a nós nos adaptarmos a ele desde pequenos. A perspectiva é, ainda, a de uma vida que não vale nela mesma. A escola prepara para o vestibular, a faculdade, para o emprego, o estágio para a efetivação, a efetivação para a promoção, a promoção para glória e a aposentadoria, e aí a vida para de ter rumo e surge uma angústia, que é justamente a indecisão existencial, pela falta de objetivos a perseguir. Esta é a vida que a escola inicia. Porque não forma o cidadão. Não ensina, ou não proporciona a oportunidade de o aluno pensar a vida em ato. Pensar o presente, viver por viver, agir no instante, e não ‘em função de’. De um lado, faz isto por estar a serviço do *status quo*. Depende, como quase tudo no mundo, do capital e, a rigor, é ele que determina qual a função de tudo na sociedade.

EC – Como desatar esse nó?

Clóvis – Desatar esse nó é uma tarefa difícil. O professor que propõe métodos e posições diferenciadas é, com frequência, repreendido e desestimulado. Preso pelo vínculo empregatício, recua, pois sabe que haverá outro mais dócil para substituí-lo. A solução, talvez, possa passar pelas entidades de classe e pelas associações escolares, propondo discussões sobre aquilo que possam buscar como a verdadeira formação de pessoas, e não de candidatos.

EC – Em que sentido a escola se omite?

Clóvis – A escola, muitas vezes, esquece da formação do ser humano. Muito preocupada com desempenho e objetividade, transforma-se no labirinto que o aluno deve percorrer para chegar ao vestibular. Em vez disso, poderia ser a arena que o transformaria em um ser pensante, que reflita, que seja capaz de mudar o mundo efetivamente, se julgar necessário, e não apenas mais um peão a serviço daqueles que dominam as relações sociais.

EC – Os professores contribuem com essa realidade

de ou são levados por ela?

Clóvis – Os professores têm sua parcela de culpa, mas contam com atenuantes, sem dúvida. São de certa forma pegos no redemoinho das diretrizes educacionais defendidas pelas organizações escolares e, pela condição de empregados em que vivem, têm pouco poder para fazer a situação se modificar.

EC – Na sua opinião, como as escolas particulares lidam com o paradoxo existente entre missão e interesse econômico?

Clóvis – Lidam dando total prevalência ao interesse econômico. Não por uma questão de maldade ou perversão, mas frequentemente por uma questão de sobrevivência. As escolas têm consciência de que uma proposta muito diferente da atual tende a gerar estranhamento, e o temor de perder alunos acaba fazendo com que elas sigam o fluxo, buscando se destacar na eficiência de seus programas, mas os critérios continuam os mesmos, apenas exacerbados. Esta espiral acaba por dificultar também qualquer mudança que se pretenda fazer isoladamente, ou de forma pioneira.

EC – Por que a escola é tão pouco atrativa para as crianças e jovens e, para piorar, proliferam os casos de bullying e violência contra o professor?

Clóvis – A autoridade do professor não existe

mais. Pois o aluno tem cada vez mais a consciência de que o professor está a seu serviço, especialmente quando toma conhecimento das relações financeiras que envolvem o ambiente escolar. Ao saber claramente que suas condições econômicas são extremamente mais favoráveis às de seus professores e, tendo no dinheiro uma medida (fetichizada) do valor das pessoas, o aluno de escola particular, por exemplo, passa a desrespeitar o professor e pode, comumente, contar com o apoio da administração da escola que, medindo a situação em números, deixa dominar o medo de perder o aluno, mais valioso que o professor. Já no sistema público, o problema é mais difícil de explicar. O *bullying* contra o professor tem também relação direta com a perda de autoridade do professor, mas que não conta com a vantagem econômica, em termos gerais. O fenômeno envolve variáveis sociais que vão desde o descaso governamental em atender necessidades básicas até uma fraca percepção do valor da educação para possibilitar uma vida melhor.

EC – Em que ponto a filosofia, desmistificada, pode contribuir?

Clóvis – A filosofia desmistificada ajuda-nos a entender melhor as relações sociais, e analisar os fenômenos menos pelas aparências e mais pelo seu conjunto e características subjacentes e escondidas do olhar menos preparado.



Foto: CPFL Cultura/Divulgação

"A corrupção na política resulta do choque entre concepções de ética: a que tem como critérios o bem comum e a que privilegia a glória e o sucesso pessoal"